

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

185 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13/11 a 17/11/2023

1. MÉDIO ORIENTE - POSIÇÃO DA UE	1
2. PREVISÕES ECONÓMICAS OUTONO 2023	2
3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	3
AFET	3
DEVE	4
4. NOVO ACORDO DE COOPERAÇÃO UE-ACP	4
5. UE-EUA - REUNIÃO SOBRE JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS	4
6. RELAÇÕES UE-REINO UNIDO	5
7. COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE - AVALIAÇÃO E REVISÃO ESTRATÉGICA	5
8. COMISSÃO EUROPEIA - NOVAS MEDIDAS EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIAS E TALENTOS	6
9. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO	7
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Negócios Estrangeiros)	7
Reunião informal dos ministros responsáveis pela Habitação	7
Conselho dos Assuntos Gerais	7
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. MÉDIO ORIENTE - POSIÇÃO DA UE

Temos dado nota, em sínteses anteriores (e.g., n.º [181](#)), dos desenvolvimentos que se seguiram ao ataque do Hamas (detalhe [aqui](#)) contra Israel, no passado dia 7 de outubro (“*Operação Al-Aqsa Flood*”) e da reação de Israel neste contexto. No que diz respeito à posição da UE, além da [declaração](#) adotada pelos membros do Conselho Europeu a 15 de outubro, da [reunião extraordinária do Conselho Europeu a 17 de outubro de 2023](#) e das Conclusões do Conselho Europeu de 26/27 de outubro (disponíveis [aqui](#)), importa dar nota da atividade diplomática do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell (que se deslocou a Israel e à Palestina), e também da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (que esteve no Egito e na Jordânia).

Antes deste périplo diplomático, Borrell publicou um artigo de reflexão sobre a posição da UE relativamente ao conflito israelo-palestiniano (disponível [aqui](#)), onde considera que os dois conflitos (Ucrânia e Médio-Oriente) são muito diferentes nas suas causas e nos seus atores, mas que estão interligados. Em particular, nota que a UE pode ser vista como estando a aplicar “*dois pesos e duas medidas no que respeita ao direito internacional entre a Ucrânia e Israel-Palestina, sobretudo por parte dos países do chamado Sul Global*”, e que deve, através de “*palavras e atos (...) provar que esta acusação é falsa*”.



Acrescenta que “*a guerra em Gaza é o resultado de um fracasso político e moral coletivo, pelo qual os povos israelita e palestino estão a pagar um preço elevado*”. Em seguida, refere que no Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros de 13 de novembro, propôs um conjunto de princípios que devem orientar as ações da UE em relação a Gaza. Princípios que devemos prosseguir em colaboração com os nossos parceiros regionais e internacionais, e que se podem resumir em três “sim” e três “não”.

- **Não** à deslocação forçada do povo palestino. Não pode haver uma expulsão de palestinos para outros países.
- **Não** à amputação do território de Gaza ou à sua reocupação por Israel. Não pode haver uma redução do território de Gaza, um controlo permanente de Gaza pelas Forças de Defesa de Israel, nem um regresso do Hamas ao governo de Gaza.
- **Não** à dissociação de Gaza da questão palestina em geral. O objetivo deve ser a resolução da questão palestina no seu conjunto.
- **Sim** à instalação de uma autoridade palestina provisória em Gaza, com termos de referência e legitimidade definidos por uma resolução unânime e inequívoca do Conselho de Segurança da ONU e garantidos por este. Pode pensar-se numa resolução renovável que encoraje as duas partes a chegarem a um acordo, primeiro para Gaza, mas depois também para a Cisjordânia.
- **Sim** a um envolvimento mais forte dos Estados árabes, se estes estiverem de acordo, com a confiança tanto dos israelitas como da Autoridade Palestina. Atualmente, os Estados árabes não estão dispostos a discutir o dia a seguir à guerra. No entanto, para alcançar uma solução duradoura, é necessário o seu empenhamento, que não pode ser apenas financeiro. Têm de ter a certeza de que o seu envolvimento não será um fim em si mesmo, mas um passo num caminho claro para um Estado palestino.
- Por último, **sim** a um maior envolvimento da União Europeia na região.

Finalmente, considera que a UE “*Tem de ajudar a construir um Estado palestino plenamente soberano, capaz de restaurar a dignidade dos palestinos e de fazer a paz com Israel e ajudar a garantir a segurança de ambos, Israel e Palestina*”. Para tal, nota que é fundamental “*trabalhar com os nossos parceiros regionais com vista à*

realização de uma conferência de paz, para implementar a solução dos dois Estados. A situação no terreno tornou certamente esta solução mais difícil de concretizar atualmente do que há trinta anos, mas continua a ser a única forma viável de trazer a paz à região. Por conseguinte, este tem de ser o nosso objetivo e o nosso compromisso.”

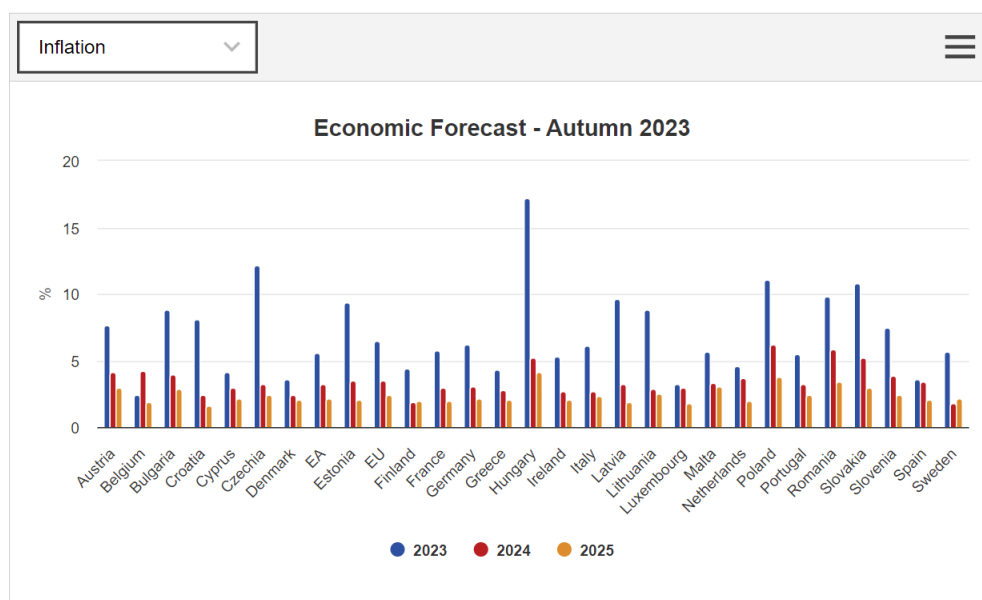
Damos, ainda, nota de um ensaio publicado no *Político* por Nathalie Tocci, Diretora do Instituto de Assuntos Internacionais (Roma) sobre o papel geopolítico da UE, disponível [aqui](#).

2. PREVISÕES ECONÓMICAS OUTONO 2023

A Comissão Europeia apresentou esta semana as suas [previsões económicas do outono](#), revendo em baixa o crescimento do PIB da UE em comparação com as suas projeções do verão, estimando que a inflação tenha descido para um mínimo de dois anos na área do euro em outubro e prevendo-se que continue a diminuir.

As [previsões](#) referem assim que:

- o **crescimento** perdeu dinamismo mas ainda se prevê uma recuperação, apontando para um crescimento do PIB de 0,6% em 2023, tanto na UE como na área do euro, ou seja, 0.2 pontos percentuais abaixo das previsões da Comissão do verão. Em 2024, prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% e em 2025 prevê-se que o crescimento aumente para 1,7% para a UE e 1,6% para a área do euro.
- a **inflação** deve continuar a diminuir depois de cair para o nível mais baixo em dois anos, estimando-se que tenha diminuído para 2,9% na área do euro em outubro, após um pico de 10,6% há um ano. Embora a moderação verificada no último ano tenha sido principalmente impulsionada pela queda acentuada dos preços da energia, tornou-se atualmente cada vez mais generalizada em todas as principais categorias de consumo, para além da energia e dos produtos alimentares. Prevê-se uma diminuição da inflação global na área do euro, que deverá passar de 5,6% em 2023 para 3,2% em 2024 e 2,2% em 2025. Na UE, prevê-se uma diminuição da inflação global, que deverá passar de 6,5% em 2023 para 3,5% em 2024 e 2,4% em 2025.



- o **mercado de trabalho** deve permanecer resiliente, sendo que no segundo trimestre, as taxas de atividade e de emprego na UE atingiram os seus níveis mais elevados em termos históricos e, em setembro, a taxa de desemprego manteve-se em 6% da população ativa, próximo do seu mínimo histórico. Prevê-se que o crescimento do emprego na UE se situe em 1,0% no corrente ano, antes de

diminuir para 0,4% em 2024 e 2025. Prevê-se uma estabilização global da taxa de desemprego na UE a um nível de 6% em 2023 e 2024, diminuindo para 5,9% em 2025.

Referem ainda que os défices públicos diminuem à medida que o apoio orçamental é gradualmente suprimido, os riscos e incerteza aumentam num contexto de tensões geopolíticas e os novos países candidatos foram abrangidos pela primeira vez nestas previsões (Bósnia-Herzegovina, Moldávia e Ucrânia).

Key figures			
 GDP	 Inflation	 Deficit	 Unemployment
<i>EU:</i>	<i>EU:</i>	<i>EU:</i>	<i>EU:</i>
2023: 0.6%	2023: 6.5%	2023: -3.2%	2023: 6.0%
2024: 1.3%	2024: 3.5%	2024: -2.8%	2024: 6.0%
2025: 1.7%	2025: 2.4%	2025: -2.7%	2025: 5.9%
<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>	<i>Euro area:</i>
2023: 0.6%	2023: 5.6%	2023: -3.2%	2023: 6.5%
2024: 1.2%	2024: 3.2%	2024: -2.8%	2024: 6.5%
2025: 1.6%	2025: 2.2%	2025: -2.7%	2025: 6.3%

3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

AFET

A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu adotou um relatório no qual refere que a [relação UE-Japão](#) é uma relação de parceiros excecionalmente semelhantes, construída sobre uma base sólida de valores partilhados, democracia, comércio livre, objetivos comuns e interesses mutuamente compatíveis, salientando que esta parceria, que representa quase 25% do PIB mundial, pode e deve desempenhar um papel importante na construção de uma ordem internacional baseada em regras, inclusiva, justa e próspera. É ainda sublinhado o apoio robusto e inabalável do Japão à Ucrânia, a adoção de sanções contra a Rússia, os esforços para manter a paz no Indo-Pacífico, a estabilização das relações diplomáticas com a China, assim como instada a UE e o Japão a reforçar a cooperação no desenvolvimento de relações mais equilibradas com os países do sul global, destacando a importância do combate às alterações climáticas, comércio livre e sustentável e transição energética justa, bem como a iniciativa *Global Gateway*. É, no entanto, lamentada a relutância do país em participar no Horizonte Europa.

A Comissão AFET adotou também um [relatório sobre as relações UE-EUA](#), frisando que os dois parceiros precisam de defender o multilateralismo, enfrentar os desafios globais e as novas e perigosas realidades geopolíticas que afetam os valores, os interesses, a segurança e a prosperidade comuns. É salientada a amizade comum da UE e dos EUA com a Ucrânia e Israel, baseada na condenação conjunta e total da agressão da Rússia e dos ataques terroristas do Hamas. Segundo o relatório, as partes devem trabalhar para uma agenda transatlântica que privilegie a cooperação multilateral para um mundo mais equitativo e saudável, a luta contra as alterações climáticas, a promoção da resolução pacífica de conflitos, o controlo de armas, o desarmamento, a luta contra o racismo e a reforma da governação económica. Refere ainda que UE deve garantir que os Estados-Membros da UE respeitem os seus compromissos em matéria de despesas de defesa e aumentem significativamente os investimentos nacionais na defesa, a fim de alcançar uma partilha de encargos mais justa com os Estados Unidos.

Por fim, adotou um relatório que assinala o [papel simultâneo da China como parceiro e também, cada vez mais, como concorrente e rival sistémico da UE](#). Foi salientado que tanto a UE como a China têm interesse em manter relações ativas e estáveis, que devem basear-se no direito internacional, num compromisso equilibrado e na partilha de responsabilidades globais. A UE foi instada a reforçar o diálogo com a China para que esta deixe

de apoiar a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e de contornar as sanções da UE contra Moscovo e a responder de forma mais adequada aos esforços crescentes da China para alterar a ordem multilateral baseada em regras, através de instrumentos como o grupo BRICS e a Iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Foi também lembrada a necessidade de fazer avançar o objetivo declarado de reduzir os riscos dos fluxos comerciais com a China, a fim de reforçar a autonomia estratégica aberta da UE, a situação dos direitos humanos no país e a situação de Taiwan.

DEVE

A Comissão do Desenvolvimento e a Comissão dos Assuntos Externos adotaram um [relatório sobre a implementação do Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional - Europa Global](#), que fornece recomendações para a avaliação intercalar da Comissão Europeia do Instrumento Europa Global, que deverá estar concluída até ao final de 2024. Foi congratulada pelos deputados a proposta da Comissão Europeia de aumentar o financiamento da ação externa no âmbito da revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, dada a sua preocupação com o facto de este instrumento ter sido subfinanciado desde a sua criação. Defenderam que esta revisão intercalar do orçamento não deve, em circunstância alguma, resultar numa redução ou reafecção do financiamento existente, especialmente se a UE estiver a levar a sério os seus compromissos geopolíticos.

4. NOVO ACORDO DE COOPERAÇÃO UE-ACP¹

Foi assinado, no dia 15 de novembro, o [novo acordo de parceria entre a União Europeia e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico \(ACP\), em Samoa](#) (disponível [aqui](#)).

Após longas negociações, o Acordo de Samoa é uma nova parceria entre a União Europeia e os 78 países da ACP, por um período de 20 anos. O acordo vai entrar provisoriamente em vigor a 1 de janeiro de 2024 e substitui o Acordo de Cotonu, que regeu as relações ACP-UE desde 2000 e que expirará no final de 2023.

O PE logrou integrar no acordo uma dimensão parlamentar mais forte, com a criação de três novas assembleias regionais e a continuação da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (APP ACP-UE), cujas reuniões constitutivas estão previstas para 18 - 21 de fevereiro de 2024, em Angola.

O Deputado português [Carlos Zorrinho](#) (S&D) co-presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, esteve presente em Samoa para a assinatura do novo acordo e deu nota da sua congratulação com *"a entrada em vigor de um acordo de cooperação multilateral que envolve mais de 100 países de quatro continentes. O reforço da dimensão parlamentar, por um lado, aumenta a participação dos povos e das sociedades civis na sua realização e, por outro lado, reflete uma opção moderna de criação conjunta de soluções para enfrentar os grandes desafios do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável"*.

5. UE-EUA - REUNIÃO SOBRE JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

No início desta semana, realizou-se em Washington a [reunião ministerial UE-EUA sobre justiça e assuntos internos](#), tendo os Estados Unidos sido representados pelo Procurador-Geral Merrick B. Garland e pelo Secretário para a Segurança Interna Alejandro N. Mayorkas, e a União Europeia pelo Comissário para a Justiça e os Consumidores, Didier Reynders, e pela Ministra da Justiça espanhola, Pilar Llop. A futura Presidência do Conselho da UE esteve representada pelo Ministro da Justiça belga, Paul Van Tigchelt, e pela Ministra do Interior, Annelies Verlinden. A reunião foi uma oportunidade de reafirmar uma parceria transatlântica forte e o compromisso conjunto para um diálogo regular sobre a justiça e os assuntos internos em tempos de desafios

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

geopolíticos e a necessidade de reforçar os valores e respeito pelo Estado de direito. Na [declaração conjunta](#) emitida, os EUA e a UE reafirmaram o seu apoio à Ucrânia, a necessidade de responsabilizar a Rússia e a sua liderança, à reforma da justiça na Ucrânia, à Moldávia, à luta contra o terrorismo e extremismo violento, congratulando os projetos em curso entre as partes relativos à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o tráfico de droga, assim como o progresso nas negociações sobre o acordo para facilitar o acesso a provas eletrónicas, e o combate ao cibercrime. Destaca-se ainda a referência à Declaração de que foi emitida aquando da Cimeira UE-EUA relativa à situação no Médio Oriente (Cfr. [Síntese n.º 182](#)) e que condenava os ataques do Hamas, o direito à defesa de Israel em linha com o direito internacional e o direito internacional humanitário, enfatizando a necessidade de proteger os civis, prevenir a escalada regional do conflito, a libertação imediata dos reféns e a opção pela solução de dois Estados para alcançar uma paz duradoura.

6. RELAÇÕES UE-REINO UNIDO

O Conselho concordou esta semana com a [participação do Reino Unido nos programas Horizonte Europa e Copernicus da UE](#). Assim, a partir de 1 de janeiro de 2024 os investigadores e as organizações do Reino Unido poderão participar no programa de investigação e inovação da UE, o Horizonte Europa, em condições de igualdade com os seus congéneres dos Estados-Membros da UE. O Reino Unido participará igualmente no Copernicus, o programa da UE para a observação da Terra, e terá acesso aos serviços da UE de vigilância e rastreio de objetos no espaço.

Esta decisão permitirá à UE formalizar o acordo de princípio alcançado com o Reino Unido através da adoção de uma decisão no âmbito do Comité Especializado da Participação em Programas da União. O comité, criado ao abrigo do Acordo de Comércio e Cooperação, deverá adotar a decisão antes do final do ano.

7. COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE - AVALIAÇÃO E REVISÃO ESTRATÉGICA

O Conselho adotou uma [recomendação que avalia os progressos realizados pelos 26 Estados-Membros participantes para o cumprimento dos compromissos mais vinculativos assumidos no âmbito da cooperação estruturada permanente](#) (CEP), sublinhando os progressos no aumento das despesas de defesa dos Estados em 12% em 2023 e novos aumentos previstos para 2024-2025. Refere ainda que 25% do total das despesas de defesa afetadas ao investimento na defesa em 2022 foi utilizado para acelerar a aquisição das capacidades necessárias e a reconstituição das existências, predominantemente através da aquisição de capacidades prontas a utilizar com vista a obter soluções imediatas.

Avaliou ainda as primeiras implicações da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia para as políticas de segurança e defesa dos Estados-Membros, ilustradas pelas alterações iniciais introduzidas nos planos nacionais no sentido de garantirem as capacidades necessárias para uma guerra de alta intensidade, incluindo facilitadores estratégicos, registando maior interesse na utilização dos instrumentos e iniciativas de desenvolvimento de capacidades da UE, e incentivando a que se continue a utilizar a Agência Europeia de Defesa como principal fórum europeu para o desenvolvimento conjunto de capacidades.

O Conselho apela na recomendação a que se envidem esforços combinados no sentido de inverter o decréscimo das despesas de investigação e tecnologia no domínio da defesa (de 1,7% para 1,1%); a manter o foco no desenvolvimento e na inovação, bem como na aquisição conjunta das capacidades necessárias; o reforço de uma abordagem colaborativa europeia para colmatar as lacunas de capacidades, e incentiva os Estados-Membros a investirem mais e melhor, ao fazê-lo em conjunto.

Incentiva ainda os Estados-Membros participantes a realizar novos progressos na execução dos 20 compromissos mais vinculativos, com vista ao cumprimento de todos eles até 2025, e a utilizar o quadro da CEP em paralelo com outras iniciativas e processos relacionados com a defesa, como o Plano de

Desenvolvimento de Capacidades (PDC), a análise anual coordenada da defesa (AACD) e o Fundo Europeu de Defesa (FED). Além disso, são convidados a tirar partido de potenciais novas oportunidades em matéria de contratação pública conjunta no âmbito do quadro da CEP.

O Conselho congratula-se com o facto dos 68 projetos em curso estarem a produzir resultados em domínios concretos, dando início à revisão estratégica da CEP com uma fase de reflexão, devendo esta revisão estar concluída até ao final de 2025.

8. COMISSÃO EUROPEIA - NOVAS MEDIDAS EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIAS E TALENTOS

A Comissão Europeia apresentou uma série de [novas iniciativas no âmbito do pacote Mobilidade de Competências e Talentos](#) para tornar a UE mais capaz de atrair talentos de países terceiros e facilitar a mobilidade interna.

Continuando a verificar-se situações de escassez de competências em toda a UE em vários setores e níveis, a Comissão propôs as seguintes iniciativas:

- [Reserva de Talentos da UE](#), para facilitar o recrutamento de trabalhadores de países terceiros em profissões com escassez de mão de obra ao nível da UE e na qual a participação por parte dos Estados-Membros será voluntária, apoiando estes a gestão da plataforma e fornecendo esta informações sobre os procedimentos de recrutamento e de migração, incluindo salvaguardas sólidas para garantir condições de recrutamento e trabalho justas. Esta reserva apoiará a realização de Parcerias de Talentos, parcerias personalizadas com países terceiros que oferecem possibilidades de mobilidade para fins de trabalho ou de formação. Os candidatos a emprego que tenham desenvolvido competências no âmbito de uma Parceria de Talentos receberão o Passaporte da Parceria de Talentos correspondente, que certifica as suas qualificações e será visível para os empregadores participantes.
- [Reconhecimento mais fácil e mais rápido das qualificações adquiridas em países terceiros](#) através de um conjunto de medidas que simplificam e aceleram este reconhecimento, modernizando o atual sistema e procurando desenvolver a capacidade das autoridades nacionais de reconhecimento para simplificar e agilizar os procedimentos.
- [Fazer da mobilidade para fins de aprendizagem uma oportunidade para todos](#), com base na proposta de recomendação do Conselho intitulada «*A Europa em Movimento — oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para todos*», que visa fomentar a mobilidade em todos os domínios da educação e da formação. A Comissão propõe a definição de novos objetivos ambiciosos para 2030: aumentar a percentagem de experiência de mobilidade para pelo menos 25% dos diplomados do ensino superior, pelo menos 20% dos aprendentes com menos oportunidades e pelo menos 15% dos aprendentes do ensino e formação profissionais.

Mais informações sobre o tema podem ser encontradas na secção de [perguntas e respostas](#).

Ainda sobre esta matéria, o [novo inquérito Eurobarómetro](#) publicado esta semana conclui que a escassez de competências é um dos problemas mais graves para as pequenas e médias empresas (PME) na UE. Conclui que a escassez de competências representa um grave problema para as empresas na Europa com uma dimensão que varia entre muito pequena e média, sendo este problema identificado por 53% das microempresas (<10 trabalhadores), 65% das pequenas empresas (10-49 trabalhadores) e 68% das médias empresas (50-249 trabalhadores). Analisando os últimos dois anos, 61% das microempresas e 80% das médias empresas tiveram dificuldade em encontrar e contratar pessoal com as competências adequadas. Quase metade (42%) das PME europeias indicaram que estavam confrontadas com escassez de pessoal qualificado, resultando no aumento da carga de trabalho do pessoal em funções, na perda de vendas ou de oportunidades de venda, bem como na redução da rentabilidade e do crescimento. Apenas uma em cada sete (14%) das PME refere a contratação de

peçoal de outros Estados-Membros da UE como forma de colmatar a escassez de competências. No que respeita às políticas que melhor respondem às suas necessidades, as microempresas mencionam sobretudo os incentivos fiscais (39%) e os subsídios diretos (28%), ao passo que 38% das médias empresas apontam a formação como a medida mais útil para a melhoria de competências.

9. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO

As decisões adotadas no âmbito deste [pacote de procedimentos de infração](#) incluem 39 cartas de notificação para cumprir e 39 pareceres fundamentados. No que se refere a **Portugal**, o país vai receber duas cartas de notificação para cumprir (capturas acessórias de espécies protegidas, impostos especiais de consumo sobre o vinho) e três pareceres fundamentados (poluição atmosférica, direito das sociedades, segurança ferroviária). A Comissão decidiu igualmente instaurar 13 processos no Tribunal de Justiça da União Europeia e encerrar 73 casos em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, puseram termo a uma infração e asseguraram o cumprimento do direito da União.

O detalhe das decisões da Comissão neste âmbito encontra-se disponível [aqui](#).

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Negócios Estrangeiros)

Os ministros realizaram um [debate](#) sobre a situação em Israel, na Faixa de Gaza e na região, com base na declaração acordada na véspera pelo Conselho, centrando-se na situação humanitária e na necessidade de aumentar a capacidade de trânsito com mais pontos de passagem terrestres e uma rota marítima específica, solicitando a libertação imediata e incondicional de todos os reféns e que a Cruz Vermelha tenha acesso aos mesmos. Foi ainda debatida a necessidade de evitar a escalada do conflito e trabalhar numa solução a mais longo prazo, num cenário pós-conflito que garanta a estabilidade e paz sustentáveis. No que se refere à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Conselho reiterou o seu apoio à Ucrânia e debateu o apoio militar da UE e futuros compromissos em matéria de segurança. Por fim, foi realizado um debate sobre a Arménia/Azerbaijão, tendo presente a operação militar no Alto Carabaque, estudando o Conselho a possibilidade de prestar apoio não letal à Arménia no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Reunião informal dos ministros responsáveis pela Habitação

[Nesta reunião](#), os ministros reforçaram o seu compromisso para garantir acesso a habitação decente e acessível, tendo assinado a [Declaração de Gijón](#) sobre o tema.

Conselho dos Assuntos Gerais

Foi preparada a [próxima reunião do Conselho Europeu](#), agendada para os dias 14 e 15 de dezembro, que contará com os seguintes pontos na [agenda](#): guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, situação no Médio Oriente, próximos passos no processo de alargamento, estabilização e associação, proposta de revisão do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e assuntos de segurança e defesa. Seguiu-se um debate sobre a situação do Estado de direito na Polónia, subsistindo preocupações com as questões judiciais, e um debate sobre os valores da UE na Hungria, com foco na independência judicial e combate à corrupção, independência e pluralismo dos media, direitos dos migrantes e minorias e uso extensivo dos poderes de emergência pelo governo. Foi também realizado um debate sobre a proposta do Parlamento Europeu para revisão das normas relativas às [eleições](#) para o Parlamento Europeu, confirmando que alguns Estados-Membros mantêm reservas claras quanto ao conceito de listas transnacionais e o processo de *spitzenkandidaten*, embora a maioria tenha mostrado abertura para continuar o trabalho a nível técnico. Os ministros foram informados sobre as últimas atualizações nas relações

[UE-Reino Unido](#), congratulando o acordo de Windsor, salientando a importância da aplicação de todos os acordos, nomeadamente no que respeita aos direitos dos cidadãos, apoiando a exploração do potencial do acordo de comércio e cooperação (cfr. ponto 6). As preparações internas da UE para o alargamento foram ainda discutidas, com foco na forma de integração de novos membros, mantendo o desenvolvimento das suas políticas, orçamento e capacidade de agir e o necessário processo de reforma nesta sede. Por fim, a presidência atualizou os ministros relativamente ao estado do pedido feito por Espanha para alterar o Regulamento 1/1958 e incluir o Catalão, Basco e Galego no regime linguístico da UE, e a Comissão apresentou o seu [programa de trabalho para 2024](#), identificando 15 novas iniciativas e 154 dossiês prioritários em curso, com foco na redução das barreiras administrativas para empresas, administrações e cidadãos.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, com destaque para os seguintes debates:

- [Futuro da UE e propostas de alteração aos Tratados](#);
- [Eleições europeias e o sistema de cabeças de lista](#);
- [Aplicação mais robusta dos direitos das crianças](#);
- [Orçamento da UE para 2024: investigação, juventude e desafios externos](#);
- [Melhoria das condições de trabalho dos artistas e dos trabalhadores da cultura](#);
- [Impulsionar a produção de tecnologia não poluente na Europa](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [21 de novembro](#), com destaque para o *pacote de outono do Semestre Europeu* e o *Quadro de monitorização das florestas*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 20.11: [Conselho Agricultura e Pescas](#);
- 21.11: [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#);
- 23.11: [Conselho \(Educação, Juventude, Cultura e Desporto\)](#); [Cimeira UE-Canadá](#); [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Igualdade](#);

Bruxelas | 17 de novembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).